



Data: 22.03.2020

Título: "A nossa agricultura mantém uma grande inércia"

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23



Área: 1277cm² / 45%

Foto Titagem: 72.253

Foto Cores: 4 Cores

ID: 6780018



Data: 22.03.2020

Título: "A nossa agricultura mantém uma grande inércia"

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23

“A nossa agricultura mantém ainda uma grande inércia”

Francisco Avillez Especialista e membro do grupo de peritos que acompanha as reformas da PAC diz que 2019 foi um dos quatro melhores anos agrícolas da década. Apesar da boa evolução recente, vê um sector que “ainda não arrancou”

Entrevista Isabel Aveiro

A articulação entre a Política Agrícola Comum (PAC) e a neutralidade carbónica está a ser feita, mas “há algumas resistências de parte a parte”, reconhece Francisco Avillez, que aconselha os governos desde 2011 como perito para a reforma da PAC. Professor emérito do Instituto Superior de Agronomia, e hoje coordenador científico da consultora Agrogres que fundou, é assumidamente “resistente à ideia de que a agricultura portuguesa está formidável”.

Num texto publicado recentemente disse que 2019 tinha sido um dos quatro resultados económicos mais favoráveis da última década para a agricultura. A que se deveu esse balanço?

Tenho seguido sempre o mesmo esquema de abordagem: por um lado, ver o que aconteceu com o produto agrícola (em volume e valor) e o que é que aconteceu ao rendimento do sector no seu conjunto. E, por outro lado, perceber o que aconteceu na perspectiva da exploração agrícola e se o desempenho resulta de uma maior competitividade dessas explorações, da evolução dos apoios que a PAC distribuiu (basicamente referentes ao pagamento directo aos produtores). De facto, a variação de 2019 face a 2018 teve uma evolução que foi das quatro mais favoráveis dos últimos dez anos: os

outros anos foram 2012/13, 2014/15, 2016/17. O ano de 2019 não foi o melhor desses quatro.

Quatro bons anos numa década é uma boa média?

É. Nos últimos seis anos, tivemos os quatro anos melhores. A partir de 2013 até 2019 verificou-se uma frequência favorável do ponto de vista do sector em todos os seus diferentes aspectos.

E essa tendência crescente dos últimos anos vai continuar?

Espero que sim. Tenho sido um pouco resistente à ideia que a agricultura portuguesa está formidável, que é a melhor do mundo, etc. Não gosto nada dessa ideia.

Da euforia?

Sim, porque acho que há coisas muito positivas que têm vindo a acontecer na agricultura portuguesa do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista cultural, empresarial, mas são um bocadinho os nichos numa agricultura que mantém ainda uma grande inércia.

A nossa agricultura ainda mantém uma grande inércia?

Aliás, se olharmos para os últimos dez anos, em média, no triénio, o nosso produto agrícola em volume – no fundo, a nossa contribuição para o PIB – em média, do triénio de 2007/2009 até ao triénio de 2017/19 cresceu 0,3% ao ano. Não é nada. Completamente estagnado. Agora, isso corresponde a um primeiro período de cinco anos em

que houve um crescimento negativo e um segundo em que já houve um crescimento positivo de



O nosso produto agrícola em volume, em média, do triénio de 2007/2009 até ao triénio de 2017/19 cresceu 0,3% ao ano. Não é nada. Completamente estagnado

1,9% ao ano, aproximando-se dos tais 2% que é aquilo que mais ou menos tem vindo a crescer agora. O que tenho procurado mostrar é que, apesar dos resultados muito interessantes que se têm vindo a verificar, apesar dos investimentos que as explorações agrícolas têm feito, e da vinda de estrangeiros, etc., ainda temos um sector que pesa muito e que ainda não arrancou. E conseguimos perceber isso por este tipo de indicadores. Normalmente usamos muito, como indicador da nossa evolução, a produtividade do trabalho, de que eu não gosto muito na agricultura.

Área: 1277cm² / 45%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6780018



Data: 22.03.2020

Título: "A nossa agricultura mantém uma grande inércia"

Pub:

Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23

Porquê?

Porque basicamente o que tem acontecido é que se tem reduzido muito a mão-de-obra. É muito fácil aumentar os resultados descendo o denominador. E é o que tem acontecido imenso. Nestes últimos anos menos, mas antes diminuiu muitíssimo – por exemplo, 2011, 2012, 2013 tiveram resultados muito positivos na perspectiva do rendimento agrícola, da exploração, porque a redução da mão-de-obra foi muito significativa nesses anos. Gosto mais de usar a produtividade dos factores intermédios, a eficiência no uso dos factores intermédios: qual é o valor acrescentado que conseguimos gerar por cada unidade de produto final?

E aí...?

E aí temos estado a mastigar, mastigar e a mastigar. O que significa que não temos só um problema estrutural – que temos, que é muito difícil ultrapassar, que é o peso das explorações de menor dimensão, dos agricultores de maior idade, de menor instrução, etc. –, como temos um problema tecnológico associado. É mais fácil adoptar novas tecnologias no sentido de as tornar mais eficientes nas explorações de maior dimensão e de gente com mais iniciativa e com mais formação do que nas outras. Temos em média sobretudo um grande problema tecnológico no sentido em que não estamos a avançar no valor acrescentado ou na riqueza que conseguimos gerar por cada unidade que conseguimos produzir.

No seu livro editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos [de 2015] disse que o actual modelo tecnológico estava “esgotado”, que a via químico-mecânica “não tem grande futuro” e que tínhamos de fazer a “transição equilibrada para um modelo agrícola de intensificação sustentável”. Como é que estamos nesse trabalho de casa?

Estamos a avançar, nomeadamente com o peso que a agricultura de precisão tem vindo a assumir. Temos avançado ainda pouco na

vertente da sustentabilidade do uso do solo. A questão do solo é central: se não conseguimos aumentar o teor de matéria orgânica no solo, muito dificilmente conseguimos aumentar a produtividade. E, ao mesmo tempo, não conseguimos responder aos desafios da neutralidade carbónica que, na sua grande parte, só são ultrapassáveis se aumentarmos a capacidade de sequestro de carbono por parte dos solos. E esse aumento depende fundamentalmente do aumento do teor da matéria orgânica. E aí, que é uma componente muito

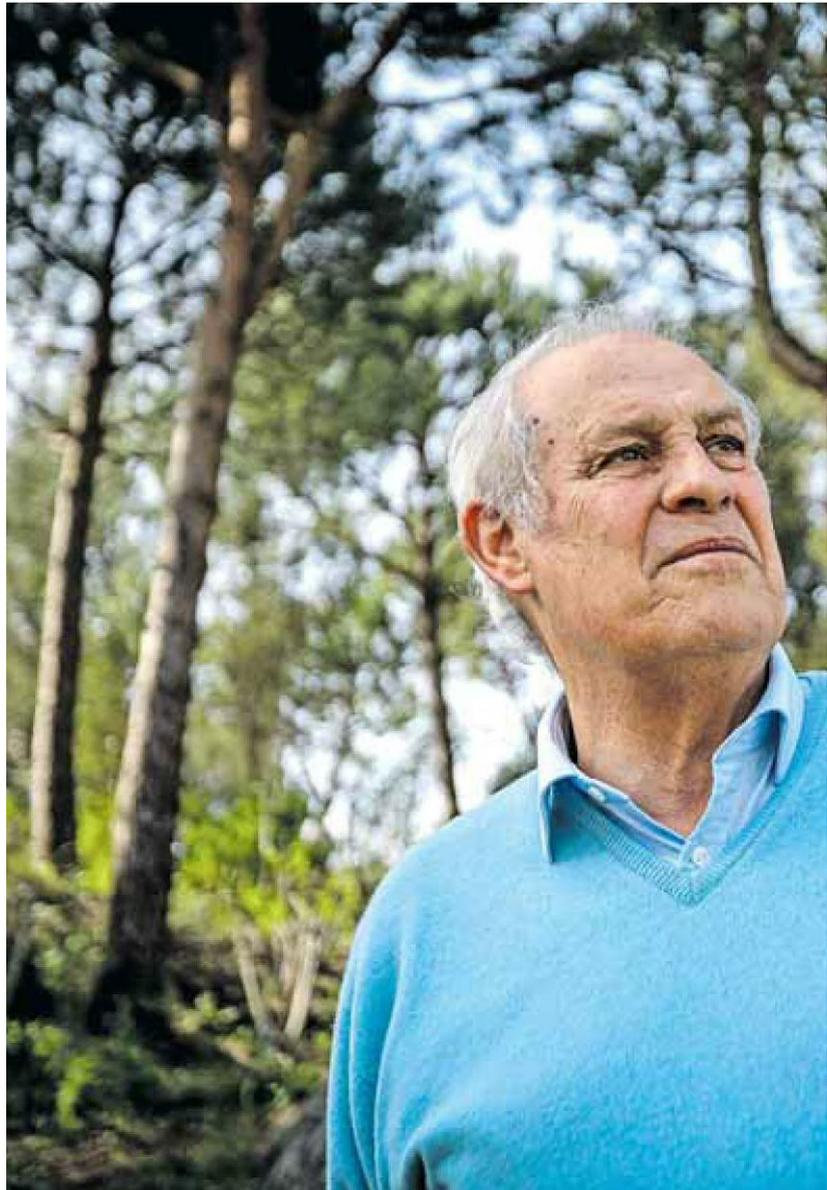
importante do tal modelo de intensificação sustentável, estamos um bocadinho no princípio.

Em 2019, o rendimento agrícola melhorou. E o rendimento dos agricultores e o pagamento aos trabalhadores acompanhou?

O raciocínio feito é uma média. E a média engana imenso, sempre – particularmente na agricultura portuguesa.

Entre muito grandes e muito pequenos?

Não só. Entre os que têm uma agricultura mais ou menos competitiva, mais ou menos apoiada. Há diferenças grandes,



Área: 1277cm² / 45%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6780018



Data: 22.03.2020

Título: "A nossa agricultura mantém uma grande inércia"

Pub:

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23

não têm que ver só com a dimensão. A questão da dimensão depende muito da mão-de-obra que se utiliza também – os cálculos utilizam a unidade de trabalho. A dimensão física tem importância, mas não é necessariamente a única explicação do que acontece. A minha preocupação foi [numa análise para os 30 anos da Agrogres] perceber a realidade económica das explorações agrícolas portuguesas. E divido em quatro grandes tipos de explorações: um grupo em que a viabilidade

económica é alcançada independentemente dos apoios que tem, em que no fundo são competitivos seja qual for a política existente; outros que têm viabilidade económica, mas porque dependem de um conjunto de apoios; outros que não têm viabilidade económica, mas têm alguma viabilidade financeira, e são capazes de gerar o dinheiro suficiente para conseguirem pagar os *inputs* que adquirem, as máquinas, etc.; e depois há outros que nem isso conseguem. A grande

conclusão é que, de facto, explorações agrícolas, viáveis economicamente, competitivas ou não, são uma minoria em Portugal. São 20 e poucos por cento, mas representam um pouco mais de cerca de 60% da nossa superfície agrícola utilizada. E depois há uma massa imensa de explorações que se mantêm, não têm viabilidade económica no sentido estrito do termo, recebem um conjunto de apoios, mas o que estão a fazer fundamentalmente é remunerar os seus factores próprios, a mão-de-obra, a terra, abaixo daquilo que é o verdadeiro custo. **Há uma componente social que a PAC continua a ter de ter, de desenvolvimento rural. A PAC que aí vem ainda liga às pessoas ou está mais preocupada com o ambiente, de forma simples?**

Já tínhamos feito esta leitura há uns anos, quando foi da última reforma [da PAC]. Constatámos que explorações que podemos dizer que não têm viabilidade, que nem sequer são capazes de pagar os *inputs* ou os serviços que adquirem ao exterior são uma minoria clara. E que há depois um grupo enorme dessas explorações que, no fundo, sobrevivem, porque têm esses apoios. Ou porque também têm possibilidade de ter outro tipo de apoios – reformas, emprego da família, etc. Há aqui uma componente da política agrícola, que está a sustentar, está a dar resiliência a um tecido empresarial que se vivêssemos num mundo perfeitamente liberalizado já não existiria, já não estariam em condições, mas num mundo, no fundo, em que as pessoas também tivessem outras alternativas ou tivessem idade para ter outras alternativas, e que elas surgissem. **Na PAC, o ex-comissário Philip Hogan [no anterior mandato da Comissão Europeia na Agricultura, hoje no Comércio], tinha a ideia de juntar primeiro e segundo pilares da PAC do ponto de vista estratégico, de cada país decidir o que queria fazer e depois apresentar o plano a Bruxelas. Manteve-se?** Essa é a grande novidade e oportunidade, se for bem



Área: 1277cm² / 45%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6780018



Data: 22.03.2020

Título: "A nossa agricultura mantém uma grande inércia"

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23



aproveitada. É um novo modelo de organização e gestão da política agrícola que vai obrigar cada Estado-membro a preparar um plano estratégico para a PAC (PEPAC). Este PEPAC envolve o primeiro [apoios directos] e segundo pilar [financiamento ao investimento], do ponto de vista das medidas, e há muito mais capacidade de cada um dos Estados-membros ser capaz de ter a sua política própria dentro de um quadro que evite que haja uma renacionalização das políticas, que é um risco. Tira um bocadinho o tapete debaixo dos pés dos nossos políticos. Sempre que as coisas não corriam bem era Bruxelas que tinha a culpa. Agora é diferente. Há menos possibilidade de dizer que não se tem responsabilidade.

Continua a ter lógica haver um orçamento só para a PAC dentro de todas as políticas na UE?

Acho que sim. Porque o sector tem cada vez menos peso político. Há aqui uma outra questão que é a do ambiente, que tem cada vez mais peso. Aí é que acho que era importante que se conseguisse quebrar estas costas viradas uns para os outros.

Não é essa uma visão distorcida, a de que a PAC, a agricultura, é uma coisa independente do ambiente, em confronto?

Mas isso é possível ultrapassar.

Aliás, é necessário. Na questão da descarbonização da economia, do Roteiro da Neutralidade



[Neutralidade carbónica?] Muitas vezes a gente do ambiente é muito fundamentalista, muitas vezes a gente da agricultura é um bocado reaccionária sobre essas coisas

Carbónica, por exemplo. Há aqui um peso enorme do ponto de vista de emissões da parte da pecuária. Representam cerca de 60% a 70% das emissões, fundamentalmente de metano. Como é que conseguimos resolver esta questão? Numa fase inicial era reduzir [efectivos] entre 25% e 50%. No fundo era aquilo que seria necessário acontecer e que poderia acontecer com algumas alterações das políticas.

Designadamente deixar de apoiar as agropecuária intensiva?

Sim, no fundo era deixar de apoiar a produção pecuária, sobretudo bovinicultura, pelo facto de produzirem, de terem animais, mas sim porque desempenham

determinado tipo de funções.

Apoiar os sistemas extensivos baseados em raças autóctones, porque podem ter funções muito importantes, se forem bem geridas, se forem acompanhadas com prados e pastagens permanentes melhoradoras, que sejam capazes de aumentar o teor de matéria orgânica no solo e de aumentar o sequestro de carbono. E, nessa perspectiva compensar as emissões negativas da pecuária com o sequestro. Essa é a via mais inteligente.

Mas de longo prazo?

É uma via que é mais difícil, porque não é a dez anos – é mais simples e mais eficaz matar aí uma data de vacas, mas isso não tem sentido, até porque há muitas zonas do país que não têm alternativas. Havia menos emissões por essa via e passava a haver muito mais emissões por via dos fogos.

E a articulação da PAC e da neutralidade carbónica está a ser feita?

Está, mas tem de se levar a sério. E é aqui que há algumas resistências de parte a parte. Muitas vezes a gente do ambiente é muito fundamentalista, muitas vezes a gente da agricultura é um bocado reaccionária em relação a essas coisas. E, portanto, nem sempre é fácil de equacionar.

isabel.aveiro@publico.pt